

CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS

PARECER N° 001/2024

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

REFERÊNCIA: PARECER SOBRE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DA PREFEITURA DE APIACÁS/MT, RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023, PROCESSO **53.828-0/2023 (46.645-0/2023, 182.256-0/2024 E 46.874-6/2023 - APENSOS)**

AUTORIA: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO.

EMENTA: “PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO – EXERCÍCIO 2023 – PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO TCE/MT”.

RELATÓRIO

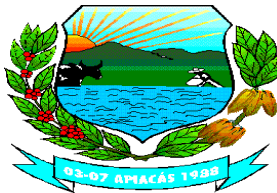
Trata-se das Contas Anuais de Governo da Prefeitura de Apicás/MT, relativa ao exercício financeiro de 2023, PROCESSO N° 53.828-0/2023 (46.645-0/2023, 182.256-0/2024 E 46.874-6/2023 - APENSOS) – que, após análise realizada pelo Conselheiro ANTONIO JOAQUIM, levou a emissão de Parecer Prévio n° 16/2024-PP (Doc. Digital n° 507592/2024), divulgado no Diário Oficial de Contas – DOC, Edição n° 3.415, data de 21/8/2024, e publicado em 22/8/2024; favorável a aprovação das Contas Anuais de Governo da Prefeitura de Apicás/MT, com recomendação ao poder legislativo para que recomende ao chefe do poder executivo, a adoção de algumas medidas corretivas.

Nos termos da Constituição Federal, o Poder Legislativo Municipal tem dentre suas atribuições o julgamento das contas do Prefeito, conforme interpretação dos artigos 29, XI, em combinação com o artigo 31, § 2º e, por simetria, o artigo 71, I, todos da Constituição Federal.

Nesse sentido, de acordo com o Regimento Interno desta Casa Parlamentar, cabe à Comissão Permanente de Justiça e Redação Final o pronunciamento em todas as matérias em tramitação, salvo se expressamente disposto em sentido contrário.

No caso em exame cuida-se de prestação de contas da Prefeitura Municipal de Apicás referente ao exercício de 2023, que teve parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso favorável a sua aprovação. Como não há disposição do Regimento Interno em contrário ao dever de manifestação desta Comissão, apresenta-se este parecer.

Cabe ressaltar, inicialmente, que, ainda que o Tribunal de Contas tenha exarado parecer favorável à aprovação das contas do Município, do exercício de 2023,



CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS

pode a Câmara de Vereadores, por competência exclusiva, julgar as contas, nos termos do art. 31, § 1º, da Constituição Federal, fazendo com que a opinião do Conselho de Contas deixo de prevalecer. Ocorre, na espécie, sempre a prevalência do julgamento soberano da Câmara de Vereadores.

DA CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Assim sendo, tendo em vista o parecer do tribunal de contas do Estado de Mato Grosso e adotando os fundamentos nele contidos, à míngua de outros elementos, esta comissão **OPINA E EMITE PARECER FAVORÁVEL** pela aprovação das contas do exercício de 2023, com a emissão, nos termos do Regimento Interno, do competente Decreto Legislativo respectivo.

É o PARECER

Sala de Reuniões da Comissão de Justiça e Redação Final.

Apiacás/MT, 10 DE OUTUBRO DE 2024.

Presidente

Secretário

Membro